

Por que foi tão difícil fechar o empréstimo

10 1984
por Tom Camargo
de Londres

Alguns elementos que compuseram aquilo que se poderia chamar de a "química fina" envolvida na finalização da fase 2 da renegociação brasileira talvez expliquem, pelo menos em parte, o porquê do atraso na conclusão dos entendimentos com banqueiros internacionais.

Falando a este jornal, representantes de bancos com acesso direto ao comitê assessor e de casas com grandes portfólios brasileiros relacionaram possíveis motivos para a postergação, além da óbvia relutância em aderir ao "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões manifestada por instituições de países variados.

Na área do dinheiro novo, calcula o especialista em Brasil de um grande banco em consórcio, a conclusão da operação de US\$ 6,5 bilhões deverá ser apenas formal. Na prática, ele calcula que alguns milhões de dólares — não mais de 10, supõe — jamais serão comprometidos.

Ele baseia sua teoria no fato de que, nos últimos meses, diversos bancos com pequenas operações com o Brasil, e por tradição de relacionamento constante com o mercado local, venderam posições tanto a outros bancos de maior porte quanto a multinacionais com subsidiárias no País.

O caso do Banco Real, que trocou sua carteira mexicana pela brasileira de um banco norte-americano, ganhando com isto liquidez, maior segurança e menor custo em eventuais operações de cobrança, foi repetido amiúde nos últimos tempos.

Bancos regionais norte-americanos, bancos alemães, austríacos e mesmo ingleses já passaram para a frente, com deságios não conhecidos, parte dos negócios que tinham com o Brasil. Os compradores quase sempre enviaram ao comitê assessor o montante de suas aquisições, incluindo-as no cálculo de sua "exposure" brasileira em 31 de dezembro de 1982, que é a data-base para o cálculo dos 11% com que cada emprestador entrou no "jumbo".

Por que foi tão difícil ...

por Tom Camargo
de Londres
(Continuação da 1ª página)

Em alguns casos, contudo, "por esquecimento conveniente", diz a fonte, estes aportes não teriam sido mencionados. Como o vendedor das posições, ao se ver livre delas, se sentiria desobrigado de entrar com sua contribuição — enquanto o comprador não a incluía no seu quinhão —, algumas aparas aqui e ali acabariam ficando de fora dos cálculos do comitê.

Além das vendas complexas de pequenos portfólios, haveria ainda outro circuito de "desaparecimento", representado pela normal troca de posições entre bancos que operam com carteiras diversificadas. Eventualmente, parte desse intercâmbio — por exemplo, um banco árabe trocando papéis brasileiros por outros de algum país do Leste Europeu — poderia não ser reportada nem detectada pelo comitê ou pelo Banco Central.

TROCA

Essas negociações pela

franja do mercado são menos comuns do que as registradas e contabilizadas pelo Banco Central. Quando uma empresa industrial, por exemplo, compra posições do Brasil como parte de sua administração financeira de longo prazo, não há como deixar de apresentar um completo histórico ao BC, "mas muita gente, que, por puro acidente, tinha Brasil em carteira, por curtíssimo prazo, no final de 1982, não teve nenhuma dúvida em perder algum dinheiro para se livrar dos problemas da renegociação", conta a fonte.

Ainda na liça em que se defrontam bancos comerciais e autoridades monetárias brasileiras haveria outros pontos de dúvida que atrasaram a finalização do pacote.

Por exemplo, na frente dos financiamentos comerciais, o ponto 3 da fase 2, discute-se ainda se o Banco Central assumirá ou não impostos e taxas que incidam sobre recursos efetivamente desembolsados pelos emprestadores, mas não vinculados a nenhuma operação específica de pré-financiamento ou financiamento a exportações.

TOMADORES

Como este ponto 3 prevê cinco possíveis tomadores para os recursos (um total de US\$ 10,3 bilhões), e o primeiro deles é o BC, emprestadores pretendem que fiquem isentos do pagamento de impostos se optarem por fazer o depósito no BC. Isto é, se considerarem que os outros quatro possíveis clientes não são atraentes — de bancos brasileiros a subsidiárias de empresas brasileiras no estrangeiro —, podem simplesmente fazer o depósito de sua parte em Brasília, com taxas de risco ("spreads") e "fees" a serem discutidos (a única

parte predeterminada do ponto 3 é o "facility fee", de 1/8% ao ano).

A praxe determina que todos os impostos e taxas incidentes sobre os lucros de tal operação financeira corram por conta de quem empresta. A única exceção ocorre nos casos de "suppliers credits".

Ainda no final da semana passada, a questão continuava em aberto, com o Chase Manhattan, coordenador dessa área, trocando idéias com o BC e bancos.

O delicado tema dos US\$ 2,5 bilhões a serem desembolsados por governos, pacote que ainda não está sequer próximo de ser completado, mas que, na prática, será tomado pelo FMI e bancos como concluído, teria tropeçado, em parte, numa heterodoxa sugestão feita pelos negociadores do lado brasileiro.

"CHEQUE EM BRANCO"

Recursos com tal origem, reza a cartilha internacional, estão sempre vinculados a programas ou compras específicas no mercado do país emprestador. Houve, todavia, a intenção de se solicitar um chamado "cheque em branco", que se traduziria na utilização desses financiamentos governamentais para operações de pré-financiamento e financiamento de exportações e importações correntes, não especificadas. Como essa é seara do item 3, como descrito acima, a idéia causou estranheza e colaborou para aumentar as reservas de governos por si só já relutantes.

"No fundo", disse a este jornal um banqueiro, "pedia-se que a Alemanha, por exemplo, financiasse exportações da França para o Brasil, pois ninguém ficaria sabendo para onde o dinheiro estaria sendo dirigido."